

# **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais

Departamento de Economia

DAVI SOTIRCHOS

## **OS EFEITOS DO DESMONTE NEOLIBERAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA INDIVIDUALIZAÇÃO**

São Paulo - SP

2025

[1]

DAVI SOTIRCHOS

# **OS EFEITOS DO DESMONTE NEOLIBERAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA INDIVIDUALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

São Paulo - SP

2025

[2]

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

S717o Sotirchos, Davi  
Os efeitos do desmonte neoliberal e as consequências da individualização . / Davi Sotirchos. -- São Paulo: [s.n.], 2025.  
57p. ; 12,5 x 7,5 cm.

Orientador: Áquilas Nogueira Mendes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Ciências Econômicas, 2025.

1. Neoliberalismo. 2. Individualismo. 3. Subjetividade neoliberal. 4. Forças produtivas capitalistas. I. Mendes, Áquilas Nogueira. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso para Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD 330.01

“[...] a realidade econômica pode ser teoricamente redutível. O problema é saber até que ponto é possível abstrair de uma realidade econômica complexa, uma hipótese redutora simples.”

*Maria da Conceição de Almeida Tavares*

## Resumo

Com a ascensão de uma Pax Americana no quarto decênio do século XX, a partir da ascensão do Sistema de Bretton Woods, até o começo deste século a teoria econômica e a economia-munda se deslocaram para uma nova organização industrial-financeira e, simultaneamente, há uma mudança epistemológica nas teorias econômicas, suscitando uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). A teoria do *homo oeconomicus* neoliberal e do capital humano, conjuntamente com a formação do capitalismo moderno e com a transnacionalização das empresas norte-americanas, acarretaram um novo espírito capitalista nos indivíduos – o “homem empreendedor. Esta monografia possui como objetivo principal analisar como a literatura nacional e internacional têm discutido os efeitos do neoliberalismo no processo de individualização no capitalismo contemporâneo e analisar, histórica e conjunturalmente, a constituição de um novo Sistema-mundo, ao qual constitui as novas relações de produção capitalistas.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Individualismo. *Pax Americana*. Subjetividade neoliberal. Forças produtivas capitalistas.

**JEL Classification:** B10; B20; B50; F30; L16; N22; N23.

## Abstract

With the rise of the Pax Americana in the fourth decade of the 20th century, from the rise of the Bretton Woods System to the beginning of this century, economic theory and the world economy shifted towards a new industrial-financial organization and, simultaneously, obligated an epistemological change in economic theories, leading to a ‘world’s new reason’ (DARDOT; LAVAL, 2016). The neoliberal theory of *homo oeconomicus* and human capital, with the formation of modern capitalism and the transnationalisation of US companies, have led to a new capitalist spirit in individuals - the ‘entrepreneurial man’. The main objective of this monography is to analyze how national and international literature has discussed the effects of neoliberalism on the

process of individualization in contemporary capitalism and to analyze, historically and conjuncturally, the constitution of a new World-System, which constitutes the new capitalist relations of production.

**Keywords:** Neoliberalism. Individualism. *Pax Americana*. Neoliberal subjectivity. Capitalist productive forces.

**JEL Classification:** B10; B20; B50; F30; L16; N22; N23.

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1: A lógica de dominação e exploração do modo de produção capitalista</b>	11
1.1 - Os fundamentos das relações sociais capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas .....	11
1.1.1. Mais-valia e o processo de valorização .....	16
1.1.2. Reprodução Ampliada Capitalista e a Lei Geral da Acumulação Capitalista .....	18
1.2 - O fetichismo da mercadoria.....	20
1.3 - A submissão do trabalho ao capital .....	22
<b>Capítulo 2: A Ordem Liberal Mundial.....</b>	25
2.1 - A epistemologia liberal .....	25
2.2 - Os economistas neoclássicos e seus postulados .....	31
<b>Capítulo 3: A ascensão do neoliberalismo e as adversidades da individualização..</b>	34
3.1 - A concretização do capitalismo moderno e a <i>Pax Americana</i> .....	34
3.2 – O <i>homo oeconomicus</i> neoliberal .....	46
<b>Conclusão.....</b>	51
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	53

## Introdução

A formação de um capitalismo moderno, *strictu sensu* da constituição da indústria capitalista e da praça financeira norte-americana, levou a mudanças estruturais e epistemológicas acerca, tanto da teoria econômica, quanto para as condições pré-existentes de uma acumulação de capital global, na qual foi determinada a partir de um longo processo de uma moderna concorrência interestatal, ou seja, de um período que se baseia em um constante processo dicotômico entre as lógicas capitalistas e territorialistas<sup>1</sup> do poder (ARRIGHI, 2013, p. 36). Destarte, a formação de Estados Nacionais e o circuito do capital mercantil de uma economia-mundo durante “o longo século XVI” foram movimentos ostensivos e essenciais para com a expansão e internacionalização do modo de produção capitalista (TAVARES; BELLUZZO, 2004, p. 111). Também é marcado por um ciclo de sucessão de mudanças tecnológicas, que foi caracterizado pela primeira Revolução Industrial na Inglaterra, realizando mudanças na divisão internacional do trabalho, e prevendo alterações também no processo de produção em escalas não vistas anteriormente na Europa Ocidental (LANDES, 1969).

Por outro lado, conjuntamente com este processo condicionante de uma ascensão da valorização do capital em toda Europa Ocidental e de uma forte onda de investimento direto global a partir da expansão das filiais britânicas, se promulga uma determinada Ordem Liberal Mundial, na qual foi acurado um sistema de equilíbrio de poder que estava sustentado em algumas instituições essenciais para a lógica deste (POLANYI, 2021, p. 51), seriam estes: o padrão ouro, o mercado autorregulado, o *laissez-faire* e o Estado liberal. Esta especificidade determinava uma ruptura epistemológica e paradigmática que era determinado, primeiramente, pelos contratualistas e empiristas ingleses e, posteriormente, por uma filosofia da ciência matematizada, baseado na metodologia de Descartes, e da física newtoniana (COUTINHO, 1990). Isto alteraria o modo de pensar dos economistas, principalmente a partir de Ricardo

---

<sup>1</sup> Essa dialética entre a lógica capitalista e territorialista de poder determina o estado de reorganização político-econômico mundial, ou seja, determina a economia-mundo, inserido em um contexto espaço-temporal no qual o principal Estado capitalismo (polo urbano) de cada época define os aspectos cruciais colocados. Seria estabelecida antes da formação de um sistema interestatal pan-europeu, anterior ao século XVII, residindo dentro de um sistema de governo que advinha do Mediterrâneo, na Itália setentrional (ARRIGHI, 2013, p. 36).

com seu *Principles of Political Economy and Taxation*, e na revolução marginalista no século XIX (DOBB, 1977).

A partir do processo de mudança da *Pax Brittanica* para a *Pax Americana*, na qual prevê um determinado processo universalizante de uma força industrial-bélica, e de sua coligação com o capital financeiro – primeiramente britânico, posteriormente norte-americano –, há também uma especificidade que, após do fim do Acordo de Bretton Woods, determinou o fim do padrão-ouro dólar em 1977 e o choque da *prime-rate* em 1979 (TAVARES, 1985), realizando assim uma outra mudança epistemológica na teoria econômica – se não um retrocesso ao século XIX. Esta especificidade observada seria a reafirmação e retomada do poder norte-americano, na qual havia ascendido durante o período de Bretton Woods e do New Deal, realizando uma mudança estrutural em âmbito da Economia Internacional e das políticas macroeconômicas das nações. E, no mesmo momento, há a constituição de um novo indivíduo que está implícito nessa mudança paradigmática. Seria um indivíduo que marcaria uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), uma razão na qual estava inscrito a individualização das relações sociais capitalistas e, mais que isso, demonstra uma nova especificidade no processo de produção de mercadorias e de exploração capitalista. Este trabalho tem como objetivo analisar estas mudanças ocorridas durante este período, as consequências observadas e as interpretações dos efeitos na literatura.

## Capítulo 1

# A lógica de dominação e exploração do modo de produção capitalista

O objetivo deste capítulo é analisar as especificidades do modo de produção capitalista e sua capacidade de generalização total da mercadoria e do ser humano, analisa-se, portanto, como se reificam as relações sociais pelo processo incessante de *acumulação de capital*.

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte, discute-se fundamentalmente como se desenvolvem inerentemente as forças produtivas do capitalismo, a lógica da acumulação de capital pela expropriação da mais-valia. Na segunda parte, pontuamos como este processo infundável de produção de mercadorias objetivam as relações sociais, mercantilizando o ser, tornando-o apenas em sua força de trabalho vendável. Por fim, na terceira parte, aborda-se como a influência do processo de valorização de capital torna o indivíduo totalmente submisso a este.

### 1.1. Os fundamentos das relações sociais capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas

Antes de qualquer análise sobre a doutrina neoliberal e seus postulados, é de extrema importância pontuarmos as especificidades das relações sociais capitalistas e, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas. Observa-se que, a partir da análise deste, possibilita-se a observação de especificidades em determinado espaço-tempo, ou seja, demarca-se as diferentes características conjunturais de uma economia-mundo, e particularidades estruturais, capazes de demonstrar historicamente a sociedade em âmbito psicológico, científico, religioso, produtivo etc. E assim, para o estudo concreto destas especificidades, é necessário demonstrar a lógica da acumulação capitalista, ou seja, o processo de reprodução ampliada, processo este dinâmico, determinante da acumulação de riquezas, ou melhor, de “uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2017, p.113), e não quaisquer mercadorias, mas sim aquelas que desenvolvem um processo incessante de criação de mais produtos, isto é, trabalho novo (vivo).

A princípio, o capitalismo é definido por Marx como um **modo de produção**, ou seja, adquire-se um caráter histórico caracterizado pelas relações sociais e materiais, desenvolvendo-se a partir de um processo de ruptura do modo de produção anterior. O capitalismo, apesar de se incidir a partir de um processo de descontinuidade, este não surge do “além”. A tradição da continuidade por exemplo, como o historiador Braudel, analisava que o capitalismo se alastra na sociedade a partir de um processo gradual, ou seja, se universaliza nas estruturas de uma sociedade lentamente, ou, como define Braudel, na criação de uma economia-mundo, “apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio organicamente” (BRAUDEL, 2009, p.12). Trata-se de uma construção de uma história civilizatória, caracterizada por suas condições materiais – quase imutáveis à primeira vista –, que em uma etapa intermediária, determina a vida e os fatos econômicos, em difusão de uma superestrutura sofisticada, na qual existe o “mecanismo capitalista” (BURKE, 1991, p. 41).

Todavia, este trabalho não possui como objetivo demonstrar as diferentes interpretações sobre o processo de transição para o capitalismo, mas sim como se desenvolvem inerentemente as forças produtivas capitalistas. Para isso, utiliza-se a interpretação de Marx, na qual se admite que o modo de produção é constituído a partir de um processo histórico próprio da gênese das classes sociais estratificadas. Contudo, a formação destas classes sociais se dá a partir do momento em que o *ancien régime*, o estado absolutista e o feudalismo se desmantelam, tornando o homem livre, possibilitando o processo de dissolução das castas sociais. É observado por Marx, que há um processo de acumulação originária ostensivo a partir dos *enclosure acts*, ou melhor, lei dos cercamentos de terras no primeiro decênio do século XVII, no começo da dinastia Stuart. Esta acumulação primitiva, porventura, não se trata efetivamente de um resultado do modo de produção, pelo contrário, se trata do “ponto de partida do capitalismo” (MARX, 2017, p. 785). Portanto, como exemplifica brilhantemente Marx:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa,

inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (2017, p. 785).

A partir do processo de acumulação primitiva, o começo da primeira Revolução Industrial inglesa e a Revolução Burguesa na França, podemos datar o começo do capitalismo. É possível, definindo o capitalismo como um modo de produção, discernir duas classes sociais evidentes. De um lado está o trabalhador, dissociado de seus meios de produção através do processo de acumulação primitiva<sup>2</sup>, e, portanto, sem algo a vender além de sua força de trabalho. De outro lado temos o capitalista, detentor destes meios de produção e que está disposto a comprar a força de trabalho deste trabalhador para realizar o processo incessante da acumulação capitalista, ou seja, o processo de geração de mais-valor. Portanto, pode-se observar que, o diferencial deste modo de produção é justamente a compra de trabalho vivo. Não está apenas na circulação de mercadorias e dinheiro, ou no acúmulo de riquezas patrimoniais, ou no *Geist*<sup>3</sup> do empresário - definido por Werner Sombart -, entretanto surge a partir do momento que as condições históricas convergem o capitalista e o trabalhador no mercado. Ou seja, quando “o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra

---

<sup>2</sup> Podemos observar que, a partir da lei de cercamento de terras, os trabalhadores, antes independentes, focados na produção para sua subsistência e pagamento da talha e corveia, se dissociam dos seus meios de produção - terras, ferramentas de trabalho e matéria-prima – devido à distribuição de terras e criação dos direitos das propriedades privadas – antes utilizadas apenas para uso comum – tornando o trabalhador inapto de realizar sozinho a produção de mercadorias para sua sobrevivência. De acordo com Marx:

“A propriedade comunal – absolutamente distinta da propriedade estatal anteriormente considerada – era uma antiga instituição germânica, que subsistiu sob o manto do feudalismo. Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados” (2013, p.971).

<sup>3</sup> Traduzido como “espírito capitalista”, a capacidade de empreender e inovar, e habilidade extraordinária do empresário em relação aos fatores econômicos e o comportamento humano, o *homo oeconomicus*.

no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho” (MARX, 2013, p.316).

Destarte, fica claro que o capitalismo inglês e onde quer no decorrer da história tenha sido identificada uma indústria capitalista, caracterizou-se pela organização de empresas em larga escala, composto por um empregador, ou uma companhia formada por estes, detentores de capital para compra de meios de produção (seja este matéria-prima, máquinas, ferramentas, terrenos etc.) e força de trabalho, com o objetivo, não de produzir mercadorias para saciar as necessidades humanas, muito menos para a emancipação humana, mas para realizar o lucro (HOBSON, 1983). Assim, ficam postas algumas condições, evidentemente dependentes e relacionadas umas com as outras, para a existência da indústria capitalista:

1. Produção de riqueza **não necessária**<sup>4</sup> para satisfazer as necessidades correntes do capitalista e, posteriormente, entesourada;
2. A existência de uma classe trabalhadora – proletariado -, sendo este livre e possuidor apenas de sua força de trabalho para venda;
3. Cooperação, divisão do trabalho e a criação de máquinas com força motriz;
4. Grandes mercados capazes da realização de mercadorias advindas da indústria capitalista;
5. O *Geist* do capitalista, ou melhor, espírito do capitalista, com o desejo de acumular mais riquezas e com o objetivo de lucro<sup>5</sup>.

Em uma economia mercantil simples, composta por produtores independentes e especializados, ou seja, direcionado a relações sociais diretas no mercado, definindo um processo de produção próprio, realiza o circuito definido por Marx como M-D-M. Portanto, as mercadorias compõem o começo e o final do processo pela intermediação do dinheiro. O encadeamento de M-D-M demonstra que o mercador individual realiza o processo de venda de suas mercadorias produzidas por si, para a possibilidade de compra de outrem para sua subsistência, ou para satisfação de necessidades específicas.

---

<sup>4</sup> Grifo realizado pelo autor.

<sup>5</sup> Esta condição especificada por Hobson (1983, p. 26), advém justamente da interpretação de Werner Sombart (1902).

Adam Smith, inserido em uma realidade econômica de trabalhadores independentes, por exemplo, determina a partir de sua *magnum opus*, *A riqueza das nações*, “a tentativa sistemática de explicar de que modo, [...] o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico do lugar [...] ao desenvolvimento da sociedade econômica” (NAPOLEONI, 1985, p.47). A partir de sua filosofia moral, ou seja, “da simpatia, a origem do juízo e o comportamento moral” (Ibidem, 1985, p.46) e sua essência no iluminismo escocês, suplica a ordem natural do comportamento individual para o funcionamento da sociedade (BIANCHI, 1988, p.115). O *selfish system* de Hobbes<sup>6</sup> e o jusnaturalismo empirista de Locke – estado de liberdade e igualdade –, que seriam sustentáculo da teoria de Adam Smith, caracterizam a moral do ser humano se inspirando “de maneira ostensiva no modelo newtoniano para estabelecer seus próprios métodos de investigação” (CERQUEIRA, 2008, p.60). O comportamento egoísta do ser humano, ou seja, a individualização do homem discorre de um estado de bem-estar social, doravante o desenvolvimento das forças individuais acarretando a riqueza das nações. Entretanto, estes atos egoísticos necessitam das forças naturais do mercado, ou seja, a não intervenção do Estado.

Todavia, diferentemente dos produtores individuais, no capitalismo o empresário “vai ao mercado com o Dinheiro, compra Mercadorias (capacidade de trabalho e meios de produção) e então, [...] volta ao mercado com um produto” (SWEEZY, 1982, p.86), processo este definido como D-M-D', sendo  $D' = D + \Delta D$ , ou seja, o capital inicial utilizado no processo de produção para compra de mercadorias acrescida pela mais-valia, ou, o trabalho novo expropriado pelo capitalista, o objetivo direto do capitalista produzir uma mercadoria. Recapitulando, portanto, o capitalista adianta um valor (capital inicial, ou, valor original) para compra destas mercadorias necessárias para produção de outra mercadoria - trabalho morto e vivo – e, após a produção desta, a coloca no mercado, valorizando, assim, seu capital inicial. Desta forma, diferentemente do processo M-D-M, é possível observar que o dinheiro assume uma **forma geral do valor e da riqueza** (BELLUZO, 2013, p.70), ou seja, o dinheiro deixa de ser apenas um intermediário para as trocas de mercadorias – suposição tomada por exemplo,

---

<sup>6</sup> A teoria de Hobbes define que os homens são livres e iguais de corpo e espírito (Hobbes, 2003, p.106). Entretanto, quando duas pessoas desejam a mesma coisa, entram em conflito, definindo assim, o estado da natureza de guerra civil entre os seres humanos.

pela lei de Say<sup>7</sup> -, e se transforma num elemento inexorável do processo de produção e circulação de mercadorias. A partir do processo constante de valorização do capital, ou seja, acréscimo do capital inicial (mais-valia) que determina a dinâmica da economia capitalista, e o constante processo de processo de produção de mercadorias por mercadorias, e o ininterrupto processo de valorização do capital.

Assim, a inversão da série não nos conduz para fora da esfera da circulação simples de mercadorias, de modo que temos, antes, de investigar se nessa circulação simples existe algo a permitir uma expansão do valor que entra na circulação e, por conseguinte, a criação de mais-valor. (MARX, 2013, p.301).

### 1.1.1. Mais-valia e o processo de valorização

Antes da definição de mais-valia, é necessário exemplificar o que é essencialmente o processo de trabalho e de valorização. A princípio, para Marx, a “utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (MARX, 2013, p.326). O trabalho, antes de qualquer coisa, é “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Ibidem, 2013, p.326). Ou seja, a força de trabalho é o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem. E está capacidade do trabalho é o que efetivamente gera o valor de uma mercadoria. Cabe ao trabalhador, possuidor desta força de trabalho e nada mais, vendê-la no mercado ao capitalista para receber efetivamente sua mercadoria-dinheiro para sobrevivência, o salário.

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consume ou se usa urna máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (Ibidem, 2004, P.19)

---

<sup>7</sup> É interessante notar que a lei de Say, ou a lei dos mercados, difundido por toda Europa por Ricardo e John Stuart Mill, se alicerça efetivamente em duas funções do dinheiro, tomando em conta que a lei dos mercados considera uma sociedade em perfeita concorrência e produtores individuais. Seriam estas: (i) medida de valor; e (ii) meio de troca, ou, meio de pagamento. É evidente a não consideração de uma função da moeda, questionada também por Marx no capítulo III, o *meio de entesouramento*. Afinal, para os seguidores da Teoria Quantitativa da Moeda, não haveria sentido em entesourar moeda, pois, além de interromper o processo de produção, não sendo possível a realização de lucros, acumulando estoques, o dinheiro perde valor ao longo do tempo.

Portanto, a força de trabalho, procurada essencialmente pelo capitalista para o processo de valorização de seu capital, processo de acúmulo de mercadorias que geram mais mercadorias, torna-se uma mercadoria. A partir do momento que o capitalista, por meio da contratualização com o trabalhador livre, compra esta mercadoria, este paga um salário ao trabalhador. Este salário é definido, primordialmente, por uma cesta de itens de subsistência do trabalhador<sup>8</sup>. A jornada de trabalho gasta na produção desta cesta de bens de subsistência dos trabalhadores, é o que efetivamente determina o valor da força de trabalho, portanto o salário.

O capitalista, considerando o processo D-M-D', vai ao mercado com o capital inicial e compra máquinas, materiais e força de trabalho. A partir destes, combina-os no processo de produção gerando uma massa de mercadorias que serão vendidas novamente no mercado. Evidentemente que a mais-valia não se desenvolve a partir do processo de circulação de mercadorias, afinal, Marx assume que o capitalista “faz sua aquisição pelos valores de equilíbrio e realiza as vendas pelo valor de equilíbrio do produto que vende” (SWEEZY, 1982, p.89). Portanto, de onde surge a mais-valia?

Marx examina minuciosamente a composição do valor de uma mercadoria ( $w$ ), a partir da definição de (i) capital constante ( $c$ ); (ii) capital variável ( $v$ ); e (iii) mais-valia ( $m$ ), que pode ser representada pela fórmula a seguir:

$$w = c + v + m \quad (1)$$

É evidente também, que o capital constante, ou melhor, os meios de produção utilizados para a feitura de uma mercadoria – matéria-prima, ferramentas, máquinas etc – não são a causa da criação de mais-valia, afinal, estes materiais no processo de produção transferem seu valor para o produto, e “não há razão para supor que o material ou as máquinas possam transferir finalmente para a mercadoria mais do que aquilo que encerram (SWEEZY, 1982, p.90), pois, no final das contas, este é considerado trabalho morto.

---

<sup>8</sup> Esta cesta consiste em elementos que reproduz e mantém o trabalhador vivo, satisfaz, tanto as necessidades do estomago, quanto necessidades derivadas da fantasia, de desejos. Poderiam ser elas, por exemplo, alimentação, habitação, transporte, vestuário, lazer, saúde etc.

Portanto, nos resta analisar a última composição do valor de uma mercadoria, o capital variável, ou melhor, a força de trabalho. Recapitulando, o capitalista compra a força de trabalho de um trabalhador em troca de um salário definido por uma cesta básica para subsistência, ou seja, o que é necessário socialmente para seu sustento. Supondo que a jornada de trabalho em uma fábrica seja de doze horas e o valor desta cesta de mercadorias seja de seis horas, observamos que, após a metade da jornada de trabalho, o salário seria pago. Deste modo, o restante de tempo seria justamente o valor excedente criado, ou, trabalho novo, expropriado pelo capitalista (mais-valia).

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor. (MARX, 2013, p.349)

### **1.1.2. Reprodução Ampliada Capitalista e a Lei Geral da Acumulação Capitalista**

A partir da expropriação da mais-valia pelo capitalista no processo de produção de valores de uso - processo D-M-D' - e o incessante desejo de acumulação de mercadorias, é possível analisar que este curso possui apenas um objetivo para o empresário, **o lucro**. O processo de encadeamento da produção de uma mercadoria possui uma finalidade não só objetiva, de produção de valores de uso, como também subjetiva. O desejo de acumular capital surge a partir desta determinada organização social, mistificando a mercadoria, que, no modo de produção capitalista, possui características faustosas. A produção no capitalismo *per se* não possui como finalidade o aumento do bem-estar social e o atendimento das necessidades humanas. Mas sim obter lucro para aumento da riqueza privada.

Em suma, podemos apresentar um esquema de Reprodução Ampliada, ou seja, mostrar “a inter-relação da oferta e procura quando a acumulação é levada em conta, ou seja, quando a mais-valia já não é totalmente consumida pelos capitalistas (SWEEZY, 1982, p.111). O processo de constante valorização do capital é o que garante a autonomia deste, e, portanto, a continuidade do processo de criação de valor

novo, acrescentando o volume da capital antecipado cada vez mais. Este constante reinvestimento do valor excedente é o que gera efetivamente a acumulação de capital.

A partir da reprodução ampliada do capital, portanto, o reinvestimento da mais-valia produzida pelo trabalhador, haverá um aumento da capacidade produtiva, tanto em âmbito do capital constante, quanto do capital variável. Entretanto, doravante o aumento da composição orgânica do capital, ou seja, a razão entre capital constante e variável, se obterá um ganho na produtividade do trabalho e na tecnologia da produção. Entretanto, este aumento de produtividade vem consigo com algumas contradições, sendo uma delas a substituição do trabalho vivo por trabalho morto.

O aumento da produtividade geral da economia, induzirá a um barateamento das mercadorias do Departamento II, ou seja, mercadorias destinadas ao consumidor individual. Com isto, há um aumento na mais-valia expropriada, ou melhor, um aumento na mais-valia relativa, afinal, o valor necessário para pagamento do salário consumirá menos horas da jornada de trabalho. Além da diminuição dos custos com trabalho, o capitalista produzirá uma mercadoria com um valor individual menor que o valor de mercado, obtendo assim, o superlucro. Assim, apesar de poder haver uma melhora no padrão de vida do trabalhador, sua participação na renda global diminui, ou seja, o capitalismo, a partir da mais-valia relativa, desenvolve suas forças produtivas e não a sociedade. Assim, a necessidade da concentração e centralização do capital, imposta pelo aumento da produtividade geral, implica na constante transformação e inovação do processo de produção como novas formas de aumento da taxa de mais-valia. “A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias” (MARX, 2014, p.851). Assim:

Vimos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. [...] Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, um capital variável maior põe mais trabalho em movimento, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, um capital variável do mesmo tamanho põe mais trabalho em movimento com a mesma massa de força de trabalho e, por fim, mais forças de trabalho inferiores mediante a substituição de forças de trabalho superiores. (Ibidem, 2014, p.863).

## 1.2. O fetichismo da mercadoria

Evidentemente, que as relações sociais em determinada sociedade são estipuladas a partir do modo de produção vigente. Fica claro, portanto, que a comunidade humana de produção é constituída distintivamente em cada época. Destarte, por exemplo, na economia mercantil, a característica distintiva de seu modo de produção é a independência de administradores e organizadores na produção, ou seja, a independência destes - sendo pequenos proprietários de terras, ou grandes empresários (RUBIN, 1987, p. 21). O produtor dispõe da base de sua propriedade privada, equipamentos e matérias-primas para a realização de produtos. Portanto, nota-se que a produção (em uma economia mercantil) é definida e administrada simplesmente pelos produtores e não pela sociedade.

Entretanto, evidencia-se o caráter dual da mercadoria. O produtor de mercadorias não tem como objetivo o uso pessoal desta, mas sim a sua destinação ao mercado, ou seja, como valor de uso para outrem e puramente como valor de troca para si. Trata-se, deste modo, de um produto que “está nas mãos erradas”, que possui como destino outro ser. A mercadoria possui características intrínsecas ao ser humano a partir do momento que satisfaz suas necessidades, ou seja, doravante no caráter qualitativo determinado pelas suas características físicas, atendendo a carência do homem, tanto do estômago – peculiaridades vitais do ser humano, como a fome ou a sede -, ou nos desejos e fantasias, tornando-se, assim, um valor de uso.

Evidentemente que, com base na crítica da Economia Política, isto é, na análise particularizada da produção em uma economia capitalista, a mercadoria abrange uma certa magnitude divergente do duplo caráter da mercadoria (valor de uso e valor de troca). Deste modo, o caráter misterioso da mercadoria, da contínua produção e acumulação desta, da valorização do capital, desenvolve-se a partir do momento que se torna um valor, no processo de produção de uma mercadoria. “Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social” (MARX, s.d.), ou seja, o trabalho socialmente necessário de uma mercadoria, a igualdade do trabalho humano, recai na objetificação do valor de uma mercadoria (Ibidem, 2017, p.147), refletindo, portanto, no caráter social do trabalho no homem, objetificando-o a apenas a este produto.

A produção e circulação de mercadorias, portanto, transforma a relação básica de troca diretas ( $M_1-M_2$ ) entre produtores com objetivo da subsistência de uma comunidade – uso coletivo das terras - para uma forma de uma relação entre coisas. Contudo, as mercadorias assumem o primeiro plano encobrendo “espontaneamente”, portanto, as relações humanas, ou seja, tornando as relações diretas em indiretas. Assim, na economia capitalista, as relações sociais são totalmente objetificadas pela mercadoria, coisificando os homens<sup>9</sup>.

Ora, são justamente essas formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente validas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias. Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção. (Ibidem, 2017, p.151)

Fica claro, conseqüentemente, que a sociedade no modo de produção capitalista torna a produção de mercadorias como finalidade principal o lucro para aumento da riqueza privada de algumas *holdings*, e não mais a subsistência dos seres humanos, ou a atenção para as necessidades destes. Torna-se um movimento autônomo e natural – apesar de ser um processo totalmente antinatural, provocando a total generalização da mercadoria e coisificando o ser humano - de tal forma que reduz o trabalhador a sua única mercadoria, a força de trabalho. Assim sendo, o incessante processo de acumulação de capital, ou melhor, de acumulação de mercadorias produtivas a partir da mais-valia expropriada, passa a absorver a força de trabalho humana, e a mercadoria assume uma forma mística, reificando o ser humano, e tornando-o apenas em um fator de produção.

De acordo com a interpretação-padrão, existem quatro tipos de alienação, começando pela referência de Marx à realidade o sistema de propriedade privada, no qual a ‘efetivação do trabalho’ aparece como ‘desefetivação’ e a ‘objetificação’ do trabalho aparece como ‘perda do objeto’. O produto do trabalho, no qual os trabalhadores objetivam sua própria atividade, não aparece como seu próprio. Não satisfaz suas necessidades nem confirma suas habilidades criativas. Pelo contrário,

---

<sup>9</sup> Contudo, quando a economia capitalista torna o processo de produção altamente desenvolvido, generalizando totalmente a sociedade, “o fenômeno da ‘reificação’” (SWEEZY, 1982, p.64) se torna preponderante, ou seja, “a impessoalização das relações de produção é levada ao auge do desenvolvimento” (Ibidem, 1982, p.64).

aparece aos trabalhadores como um objeto alheio, como um poder independente dos produtores. (SAITO, 2021, p.44)

### **1.3. A submissão do trabalho ao capital**

Pode-se salientar que, a partir do processo de acumulação de capital, o principal objetivo do capitalista ao introduzir máquinas e equipamentos em uma estrutura fabril – ou, aumentar a composição orgânica do capital - é justamente a diminuição de seus custos de produção, assim observado também nas obras de Schumpeter:

Então os custos são em sua essência os totais dos preços dos serviços do trabalho e da natureza. E esses totais de preços devem sempre se igualar às receitas obtidas pelos produtos. Nessa medida, portanto, a produção deve fluir essencialmente sem lucro. É um paradoxo que o sistema econômico, em sua situação mais perfeita, deva operar sem lucro. Se recordarmos o significado de nossas afirmações, o paradoxo desaparece, ao menos em parte. É claro que nossa asserção não significa que, se o sistema econômico estiver perfeitamente equilibrado, produz sem resultado, mas apenas que os resultados fluem inteiramente para os fatores produtivos originais. Assim como o valor é um sintoma de nossa pobreza, o lucro é um sintoma de imperfeição. (SCHUMPETER, 1982, p.26)

Seria melhor dizer, “uma substituição líquida de mão-de-obra por determinado volume de produção” (HOBSON, 1983, p.234), colocando um número considerável de trabalhadores no exército industrial de reserva. O escopo, como observado na primeira parte do capítulo é efetivamente o ganho de produtividade e tecnologia, a partir do aumento da razão entre capital constante e variável, para aumento da taxa de mais-valia.

A princípio, a afirmação principal de que as novas tecnologias oferecem mais emprego do que elimina é justamente que, por meio da concorrência entre produtores, a introdução de máquinas, economizando assim gastos com mão-de-obra, diminui os preços incumbidos nas mercadorias, assim incentivando o consumo agregado. É claro que, tudo dependeria da elasticidade da demanda, afinal, dada a experiência histórica de diferentes países, é demonstrado que, em um sistema predominantemente de concorrência imperfeita – monopólios e oligopólios – o estímulo no consumo a partir da diminuição de preços depende desta experiência e nas circunstâncias intrincadas.

A fim de avaliar o efeito líquido da maquinaria poupadora de mão-de-obra sobre o volume do emprego, impõe-se uma visão mais ampla. Se o primeiro efeito é baratear mercadorias, não devemos esperar que a demanda desse tipo de mercadoria absorva a mão-de-obra, que a introdução da máquina visa a substituir. (Ibidem, 1983, p.238)

[...] naturalmente, que uma diminuição de emprego nos diversos processos manufatureiros, direta ou indiretamente aplicado no desenvolvimento de uma indústria, não constitui, por si só, prova concludente de que a maquinaria tenha trazido uma substituição líquida de mão-de-obra. Se o produto cresce, o emprego nos processos de extração, no transporte e nos vários meios de distribuição pode compensar a redução na fabricação de mercadorias e maquinarias. (Ibidem, 1983, p.236)

É a partir deste movimento irregular – quebrando o fluxo circular e o equilíbrio walrasiano – dos melhoramentos e das instaurações de novos maquinários que rege o trabalhador para outros ramos. O trabalhador especializado em um setor, perde seu valor imediatamente devido a estas novas instalações, e é obrigado a “aprender um novo ofício” (Ibidem, 1983, p.239), ou buscar novos mercados de serviços inferiores, ou melhor, o setor informal.

O aumento da composição orgânica do capital é justamente uma forma de pressionar a diminuição dos salários, contra a tendência do aumento deste, aumentando, assim a mais-valia. É válido observar que a partir do aumento do exército industrial de reserva, a partir do “deslocamento do trabalho pela maquinaria” (SWEEZY, 1982, p.118), há a geração de crises e depressões, com o objetivo de acrescer o exército de reserva, e diminuir, portanto, os salários reais.

Assim, a produção de desemprego pelo aumento da composição do capital, colocam de lado o operário até “ajustamento” deste às novas condições econômicas. Não é, portanto, atribuível considerar que a demissão de um trabalhador se derive simplesmente na “deficiência ou na capacidade individual” (HOBSON, 1983, p.243). Há de crer que, o motivo de desempregar, é evidentemente gerar uma depressão temporária resultantes, primordialmente, do contínuo processo de mudanças na estruturação da economia, e da ininterrupção do processo D-M-D’.

Concluindo, é evidente que o trabalhador fica confinado às mudanças cíclicas do capital, afinal, este não possui uma enorme coleção de mercadorias reprodutoras de valores de troca, apenas dispõe de sua força de trabalho para sua subsistência.

Trata-se, efetivamente, de uma dicotomia – trabalho e capital - opostas na sociedade capitalista, dominando a estrutura social a partir de uma dualidade de classes. A classe trabalhadora vive fora do alcance direto do capital politicamente e socialmente, entretanto, é subordinada a este para sua sobrevivência, sendo arduamente arremessado e retirado do processo de produção, contra sua vontade própria, todavia satisfazendo as necessidades do movimento cíclico do capital. (BRAVERMAN, 1977).

## Capítulo 2

### A Ordem Liberal Mundial

O pensamento liberal se constrói a partir do Século das Luzes e da Revolução Gloriosa inglesa, no qual foram marcados pela mudança paradigmática da epistemologia das ciências. Primordialmente, devido à ruptura no pensamento metodológico, ou seja, naquilo que se caracteriza “fazer ciência”. O âmbito das ciências naturais adquire o rumo da revolução burguesa, e esta - a partir de pensadores como Descartes, Newton e Galileu – forma uma particularidade no conhecimento puro. Tratar-se-ia de um conhecimento formado por leis gerais, da lógica matemática e pela quantificação. Assim, a determinação deste paradigma se torna hegemônica nas ciências sociais e é perceptível na ciência econômica, de tal maneira que vilipendiou o tratamento na análise do processo de produção – discutidos precedentemente pelos economistas políticos clássicos – para um mero problema na distribuição de remunerações no mercado de fatores de produção, de bens e serviços.

O objetivo da primeira parte deste capítulo é analisar o desenvolvimento do pensamento empírico inglês, que passa por Locke, Descartes, Newton etc., e as condições materiais históricas para sua formação. Posteriormente, analisar-se-á a formação do pensamento dos filósofos morais – como Adam Smith e David Hume -, na qual, a partir da investigação do comportamento humano, determina-se uma metodologia científica, que após a concretização da teoria do valor-utilidade, originar-se-ia para a economia neoclássica.

#### 2.1. A epistemologia liberal

No século XIX, entremeia-se a *Pax Brittanica*, universalizando uma economia-mundo desenvolvida a partir do Mediterrâneo, desde meados do século XII. Determina-se assim uma certa estabilidade para a nova visão política dos países hegemônicos após as Guerras Napoleônicas (WALLERSTEIN, 2011). Entretanto, é necessário o questionamento de quais seriam os motivos para a possibilidade da

disseminação do pensamento inglês, do liberalismo universalizante, e da propagação da Revolução Industrial na Grã-Bretanha durante o século XVIII, ou seja, determinar este processo abrupto de ruptura, de descontinuidade, de uma quebra de paradigma no pensamento científico.

O contínuo processo de acumulação de conhecimento, a crescente autonomia intelectual e a formação de um método em comum no século XVIII, foram as fontes decisivas no processo de disseminação do pensamento europeu (LANDES, 1998, p. 223). Apesar do caráter contínuo das aspirações científicas e tecnológicas pelos seres humanos, o capitalismo histórico<sup>10</sup> se generalizou como uma teoria da burguesia, a resistência contra as forças “não-científicas” aristocráticas (WALLERSTEIN, 2001, p. 65). A epistemologia enfatizada durante esse processo de disseminação da economia-mundo centra-se, portanto, em uma fronteira espaço-temporal delimitada pelo capitalismo histórico, caracterizada por seu fator progressista diante ao conservadorismo.

A sociedade do século XIX centrava-se em quatro instituições sustentadoras, sendo estas: (i) o sistema de equilíbrio de poder, ou seja, a contrapartida de guerras megalomânicas; (ii) a moeda padrão-ouro internacional; (iii) *laissez-faire*, o mercado com a ação da mão invisível (ou mercado autorregulador); e (iv) o Estado liberal (POLANYI, 2021, p. 51). Estas demarcam o alicerce da Ordem Liberal Mundial, que designaram também a ordem econômica e política da época. Assim, a hegemonia mundial<sup>11</sup> estava conquistada pela *Pax Britannica* e pelo Estado liberal, ideologia esta que seria dominante do modo de produção capitalista durante este século (WALLERSTEIN, 2001, p. 83). O Estado liberal, portanto, tinha como objetivo a legitimação da economia-mundo capitalista. O conflito entre a Grã-Bretanha e a França necessitava de um acordo para justamente cessar quaisquer ambiguidades frente a este processo histórico.

---

<sup>10</sup> Termo com significado pleonástico, redundante. Afinal, o capitalismo se trata de um processo histórico. Entretanto, este significado se subverte a uma simples abstração, vilipendiando os processos históricos envolvidos na formação do capitalismo.

<sup>11</sup> Mais especificamente a capacidade de um Estado-nação exercer funções à níveis de soberania mundial, não só afligindo o comércio internacional e a dominação, mas também a capacidade intelectual e moral, implicando algum tipo de transformação (ARRIGHI, 2013, p. 27).

The crucial period for this process ran from 1815 to 1875, after which the model was firmly established and would remain so for at least a century, enabling the capitalist world-economy to maintain a certain structural stability amid the very stormy turmoil to which it would be subjected. Still, on the morrow of Waterloo there seemed to be very few advocates of the liberal state in places of power, even in Great Britain and France. Indeed, the very term did not yet exist. (Ibidem, 2011, p. 22).

A civilização do século XIX, como colocado anteriormente, passa por um período inédito de paz entre 1815-1914<sup>12</sup>. Este período extraordinário deveu-se, primordialmente, ao funcionamento de um equilíbrio de poder acompanhado das outras três instituições sustentadoras citadas anteriormente – o padrão ouro, o Estado Liberal e o mercado autorregulador. Portanto, fica claro o surgimento de um novo interesse mútuo dentre a Europa, na qual a Revolução Francesa e Revolução Industrial adquiriram um papel importante nesta universalização de negócios pacíficos. Evidentemente, este interesse por um sistema de equilíbrio de poder está inserido em uma sociedade na qual é benéfica por isto (POLANYI, 2021, p. 56). Foi criado, por algum momento, um mecanismo de manutenção da paz por meio de congressos reguladores, nos quais eram compostos pelas grandes potências da época. Entretanto, estes congressos foram mantidos apenas por alguns anos (1818-1822), pois não pode sobreviver devido primordialmente à fome (1816-1817) e às depressões nos negócios (HOBBSAWM, 2023, p. 173). Assim como o Tratado de Vestfália (1648), na qual visava a reestruturação da liberdade de comércio que havia sido destruída durante a Guerra de Trinta Anos, os britânicos tomaram a dianteira de um sistema interestatal que estava prestes a ser destruído pelo imperialismo da França napoleônica (ARRIGHI, 2013, p. 53). A Primeira Revolução Industrial teve o papel importante de universalizante do liberalismo à expansão do capital mercantil inglês. A *Pax Brittanica*, apesar das controvérsias acima deste – como a criação de uma nova periferia e a destituição dos sistemas produtivos dos impérios antigos do Mediterrâneo e da Península Ibérica -, acarretou as industrializações dos *latecomers* na Europa Ocidental e uma nova divisão internacional do trabalho (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 113).

---

<sup>12</sup> Com exceção da Guerra da Crimeia, a Inglaterra, a França, a Prússia, a Áustria, a Itália e a Rússia só estiveram em conflito por apenas 18 meses, até a Guerra Franco-Prussiana (1870-871) durou apenas um ano (POLANYI, 2021, p. 53).

Desta forma, haveria as importantes motivações necessárias para a Grã-Bretanha se tornar o centro da acumulação de capital durante o século, qualidades essenciais concretas que à colocariam como hegemônica, ou seja, tanto características materiais, quanto imateriais. Possuíam, destarte, vantagens favoráveis diante o crescimento manufatureiro e industrial, quanto vantagens diante seu pensamento, cultura e instituições (LANDES, 1998, p. 241). Esses valores ingleses tornam-se axiomáticos, convergindo-se para uma sociedade proprietária de progresso material, ou então, para uma “sociedade superior”. O final do século XVIII, portanto, com a Revolução Industrial e Francesa parte de um processo de transformação do pensamento para um modelo de racionalidade, com domínio das ciências naturais<sup>13</sup>. Já a partir da Segunda Revolução Industrial, fica clara a mudança excepcional na ampliação das economias de escala e no crescimento do volume de capital necessário para novos investimentos. A ampliação da mecânica deu lugar a integração da ciência no processo de produção das mercadorias. E, *pari passu* durante 1850 e 1873 alguns países, como os Estados Unidos, Alemanha e o Japão estavam em um período de *closing the gap* com a força industrial inglesa, ou seja, estavam inseridos em um período de rápido crescimento econômico e de maturação industrial, que, posteriormente, seria afetado no final do século por um período de Grande Depressão (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 114; LANDES, 1969, p. 193, p. 231).

It was, moreover, a revolution like nothing ever experienced. Previous transformations, political or economic, had always finished by stabilizing at a new position of equilibrium. This one was clearly continuing and bid fair to go on indefinitely. [...] For these Britons, science was the new revelation: and Industrial Revolution was the proof and justification of the religion of progress. (LANDES, 1969, p. 122-123).

Esta nova racionalidade científica “está consubstanciada, com crescente definição, [...] na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e sobretudo Descartes.” (SANTOS, 2008, p. 11-

---

<sup>13</sup> A necessidade do empiricismo na metodologia das ciências, ou seja, a experimentação e observação traz como instrumento a matemática. Esta, fornece um nível de análise, de lógica de investigação e ainda de um modelo de representação da natureza. Entretanto, isto coloca em debate dois questionamentos: (i) o que é quantificável, e a relevância das variáveis não-quantificáveis; e (ii) na abstração do modelo.

12). Este processo de transformação epistemológica seria acompanhado de uma separação do pensamento aristotélico e medieval, com uma nova visão do mundo.

Tanto quanto a filosofia da época, a Economia veio a se beneficiar do desenvolvimento das ciências naturais e do impacto destas sobre o conhecimento humano em geral. Os cientistas haviam mostrado ser possível a aplicação da observação sistemática e da experimentação no entendimento da natureza, inclusive do corpo humano. As analogias mecânicas e fisiológicas são logo transportadas para um objeto de conhecimento, a sociedade humana, anteriormente excluído do campo de observações científicas. (COUTINHO, 1990, p. 15-16).

É importante ressaltar que, o estabelecimento da Economia Política como disciplina autônoma, progressivamente, se exalta em uma “ordem natural” dos processos econômicos, ou seja, estaria submetida a seguir leis fundamentais semelhantes às ciências da natureza. A consignação de uma lei natural na Economia Política pressupõe a redução dos “fenômenos da vida econômica a um sistema inteligível e coerente” (BELLUZZO, 1998, p. 25). E esta abstração causa uma redução da realidade econômica complexa, ou seja, restringe as categorias históricas – do processo de troca, da teoria do valor, do capital, da acumulação capitalista etc. – para hipóteses redutoras. Assim, questões como o desenvolvimento de um país, a partir da análise de preços de mercado, transmutam-se a partir da metodologia vigente, de procedimentos oriundos da ciência natural e filosofia (COUTINHO, 1990). Assim, afirma-se que os textos precursores da Economia Política claramente são inspirados na tradição da filosofia do direito natural (Ibidem, 1990). E, a partir da apresentação de elementos constituintes do nascimento desta, contribui-se para situá-los diante uma realidade da ciência nascente desta época. Os elementos inadmissíveis são as raízes filosóficas da tradição liberal, as questões da vida do mercantilismo e o próprio liberalismo.

Os dois precursores fundamentais para a formação da Economia Política como matéria de análise, nitidamente se baseiam na filosofia, com seu caráter metodológico especulativo. São eles, John Locke e Adam Smith. Locke, por um lado, analisa, com sua característica jusnaturalista – ou seja, por um princípio metodológico construído a partir de uma ética racional, dissociada da teologia, garantindo a universalização dos princípios humanos -, o estado da natureza do ser humano. E, a partir da condição natural humana (LOCKE, 2001, p.83), observa-se a forma de organização política. O estado na natureza pressupõe uma condição absoluta do homem: a liberdade, tanto

para decisão de suas ações, como em posição de igualdade perante outrem, desfrutando, assim, de vantagens comuns da natureza e do uso de mesmas faculdades” (Ibidem, 2001, p.83). Para subsistência dessa lei da natureza, necessita-se de um contrato regido pelos homens para a constituição de um governo civil. O argumento de Locke, portanto, se basearia na subordinação ao governo legalmente constituído, com o desejo da preservação da propriedade<sup>14</sup> (BIANCHI, 1988, p.86).

Entretanto, uma das problemáticas em questão à teoria política de Locke consiste justamente na realização de uma especulação do ser humano, na conduta humana. Em Locke existe “uma duplicidade entre um momento racionalista, [...] e um momento empirista” (NAPOLEONI, 1985, p.43), ou seja, o estado natural do ser humano é concebido a partir de uma lei da razão, assumindo assim uma contradição entre o empirismo geral de sua teoria. Assim, Smith, a partir da *Teoria dos sentimentos morais*, além de adotar uma linha racionalista para fundamentação da teoria de Estado em Locke, assume a construção de uma ciência moral, na qual se participa o sentimento humano construído pela razão, ou seja, a simpatia, o juízo e o comportamento moral (Ibidem, 1985, p.46). A partir da análise do comportamento egoístico do ser humano, desenvolve o favorecimento a si próprio e à sociedade. Ou seja, o homem que busca o benefício privado, resulta no maior bem-estar da sociedade. Desta forma, nota-se que a *Riqueza das nações* demonstra que, a partir do desenvolvimento pessoal, dos atos egoísticos, da individualização, a partir da livre coerção do Estado no mercado, causar-se-ia um excedente social. À vista disto, pode-se discutir que, para Smith, o que causa a expressividade do acréscimo de renda social seriam, essencialmente, as “forças produtivas do trabalho” (SMITH, 1996).

Qualquer que seja a situação real da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é executado em uma nação, a abundância ou escassez de seu suprimento anual depende necessariamente, enquanto durar esse estado de coisas, da proporção entre o número dos

---

<sup>14</sup> Quando se refere a *propriedade, prima facie*, o Locke entende como a força de trabalho de uma determinada pessoa e o fruto de suas mãos (2001, p.98). Por conseguinte, todo produto de sua força de trabalho e de sua extensão pertence a este humano.

“Tudo isso evidencia que, embora as coisas da natureza sejam dadas em comum, o homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações de seu trabalho, tem ainda em si a justificação principal da propriedade; e aquilo que compôs a maior parte do que ele aplicou para o sustento ou o conforto de sua existência, à medida que as invenções e as artes aperfeiçoaram as condições de vida, era absolutamente sua propriedade, não pertencendo em comum aos outros.” (LOCKE, 2001, p.108).

que anualmente executam um trabalho útil e o daqueles que não executam tal trabalho. O número dos que executam trabalho útil e produtivo — como se verá mais adiante — em toda parte está em proporção com a quantidade do capital empregado para dar-lhes trabalho e com a maneira específica de empregar esse capital. (SMITH, 1996, p.60).

Uma questão válida seria como a mão invisível de Smith, e o ser movido por seu interesse próprio, aufere a racionalidade de suas opções egoísticas? Percebe-se que a mão invisível, na realidade, trata-se de um mecanismo metafísico, ou, “o resto de um pensamento teológico da ordem natural” (FOUCAULT, 2022, p. 369). Isto é, um ser onipresente e onisciente que conduz, não só as forças de mercado, mas também as relações humanas de troca e o desenvolvimento da força de trabalho. Esta vincula as forças individuais com as coletivas, proibindo a coerção estatal. Assim a racionalidade econômica foi tratada desta forma: um jogo entre ofertantes e demandantes, maximizando suas utilidades e lucros no livre-mercado, entretanto sempre “dentro das regras”.

Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade. (SMITH, 1996, p. 77)

### **2.3. A economia neoclássica e seus postulados**

A partir do século XIX, haveria uma reorientação da ciência econômica, para “o acento tônico na capacidade, por parte dos bens produzidos, para contribuir para a satisfação dos desejos e das necessidades dos consumidores” (DOBB, 1977, p.213). Willian Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910) foram os precursores dessa remodelagem. Para teoria econômica neoclássica, é instaurado uma dicotomia básica, na qual fica responsável pelo funcionamento da distribuição de recursos e riquezas. De um lado, temos as *firmas* responsáveis pela produção de bens e serviços (oferta de mercado) e os fatores de produção, ou as *famílias*, ofertantes de força de trabalho, terra ou capital.

“Por terra se entende a matéria e as forças que a natureza oferece livremente para ajudar o homem, em terra e água, em ar e luz e calor. Trabalho é o esforço econômico do homem, seja com a mão ou com o cérebro. Por capital se entende toda a provisão acumulada para a produção de bens materiais, e para a obtenção desses benefícios que são comumente computados como parte da renda. É a quantidade de riqueza acumulada considerada antes um agente de produção e fonte direta de satisfação.” (MARSHALL, 1996, p. 203)

Por meio deste fluxo circular da renda e das mercadorias, entremeia-se os fluxos monetários – salários, lucros e juros – e os fluxos reais – de mercadorias, bens e serviços e fatores de produção. Há, portanto, o abandono das questões essenciais para a produção de mercadorias e a importância dos custos de produção. Trata-se de um modelo atomizado, ou seja, investigador das microdecisões do comportamento das empresas e indivíduos. Além disso, há a eliminação – ou desconsideração – da contradição dos interesses sociais como dinâmica da sociedade. Por isto, os fenômenos extraeconômicos não são condição para o processo de acumulação de capital, mas sim, mero gerador de externalidades – sendo estas positivas ou negativas. Assim sendo, o que determina o valor de uma mercadoria não seria o trabalho, mas sim a utilidade marginal de uma determinada cesta de bens.

Sabemos já que tal se tornou possível devido à descoberta (através da aplicação do cálculo diferencial) do conceito de acréscimos marginais de utilidade — o «grau de utilidade final» de Jevons— que permitiu superar os obstáculos que outros tinham encontrado ao pretender sublinhar a importância do valor de uso smithiano, dada a dificuldade que havia em estabelecer uma relação entre o valor de uso e o valor de troca. (DOBB, 1977, p.213-214).

Além de tal fato instaurador na teoria econômica, naquilo que tange na homogeneização da filosofia da ciência, ou seja, na concretização de um modelo que visa aquilo que se conhece por física newtoniana e geometria euclidiana, demonstra-se alguns axiomas que englobam e que se servem de sustentáculo para o funcionamento deste determinado modelo dicotômico estático. Portanto, permite-se que, a partir dessa hegemonia no estudo da vida material, a consignação de determinado comportamento acerca de fatos e variáveis fundamentais das relações econômicas, como a dinâmica – ou melhor, a não-dinâmica – dos juros, do dinheiro, da produção, do comércio internacional etc. Evidentemente, que essa, antes de qualquer coisa, não surge como um *deus ex machina*, mas sim dos precursores fundamentais da

Economia Política Clássica – ou seja, a partir da teorização e pensamento destes -, e da determinação de um Estado Liberal no século XIX. Mais especificamente, determina-se que, o estudo daquilo que se chama de *Economics*, ou seja, do caráter analítico na desenvoltura da economia, vem a partir, principalmente, de David Ricardo (MIGLIOLI, 1982).

## Capítulo 3

### A ascensão do neoliberalismo e as adversidades da individualização

Fica claro que a análise da mundialização capitalista, do neoliberalismo americano, não depende apenas do desenvolvimento de seus axiomas, e enquanto conjunto de práticas governamentais. Há, neste contexto também, inserido o caráter histórico do desenvolvimento do capitalismo moderno. Para reflexão, é importante notar que a sede do capitalismo moderno é, *strictu sensu*, o capitalismo norte-americano, desfazendo-se um pouco do eurocentrismo do século XIX. Desta forma, o deslocamento da análise da concentração e centralização frente ao capital europeu – em países como a Alemanha, o Reino Unido, ou a Europa em geral – desmistifica os Estados Unidos apenas como uma forma de extensão do capitalismo europeu. Trata-se de uma história endógena ao surgimento do capitalismo contemporâneo, de um grande capital financeiro e industrial “trustificado”, com o intuito da manutenção da velha Inglaterra como Império (TAVARES, 1983, p. 15).

Desta forma, para a análise do neoliberalismo - não apenas como ideário econômico, mas como uma nova razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2023), determinado em vilipendiar as relações sociais e, ainda mais, alterar a psique da classe dominada – é necessário investigar esta mudança da *Pax Brittanica* para a *Pax Americana*, que se encontra muito além do “imperialismo”. Trata-se de uma análise da organização industrial-financeira moderna, a sua tendência à mundialização e a investigação do renascer de um *homo oeconomicus* neoliberal.

#### 3.1. A concretização do capitalismo moderno e a *Pax Americana*

É evidente que, para o estudo da influência das grandes empresas transnacionais e da mundialização do capital, necessita-se uma observação diante dos vínculos aos quais se manifestam, tanto a interdependência entre a expansão destas corporações e o dinamismo da economia na qual se encontram. Desta forma, o efeito das

grandes empresas multinacionais dentre a estrutura da economia mundial, ou seja, tanto nos países centrais - aqueles que compreendemos possuir alta diversidade tecnológica e dominância dentre as tecnologias de produção, ou seja, altamente industrializadas - quanto nos países periféricos - exportadores de produtos primários aos países centrais -, dispõem de elementos comuns essenciais observáveis durante o desenvolvimento das forças produtivas do sistema econômico no capitalismo moderno (FAJNZYLBBER, 1976). Destarte, nota-se que as empresas multinacionais em seu país de origem são determinadas a partir de uma especificidade, na qual são responsáveis pelo papel do funcionamento e orientação das economias capitalistas centrais (CHESNAIS, 1996, p. 71; FAJNZYLBBER, 1976, 1983).

Estas especificidades são demonstradas a partir de um determinado espaço-tempo, na qual demonstrava-se o colapso de mais um ciclo sistêmico da acumulação capitalista (ARRIGHI, 2013). E, a partir deste determinado estado da Economia Política Internacional, nota-se uma certa transmutação da hegemonia global, ou seja, uma mudança de um polo urbano instaurado em determinada economia-mundo, a Inglaterra, para outro explorado por este próprio – os Estados Unidos. Entretanto, é necessário realizar um questionamento acerca desta mudança considerável no estado do poder internacional. O que se observa exatamente para que os Estados Unidos tomem frente a uma determinada época do modo de produção capitalista, tanto em fatores históricos, quanto nas especificidades do modo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas? Afinal, assim como os processos de acumulação de poder e de riqueza deslocaram o eixo de um sistema político-econômico do Mediterrâneo para o Norte da Europa (FIORI et al, 2004, p. 33), nota-se este mesmo processo acontecendo durante este momento específico. Entretanto, trata-se de uma mudança do “modelo” dos estados e economias nacionais europeias (TAVARES; BELLUZZO, 2004, p. 67). Mais que isso, trata-se de uma mudança da noção de equilíbrio de poder, já que esta é incompatível com a expansão abrupta do capital transnacional e da hiperconcorrência constante (HUSSON et al, 2010). O movimento do capitalismo contemporâneo, desta forma, deu espaço para uma competitividade mais intensa, na qual deriva da sua mobilidade de capital extremamente superior. Não necessariamente a estrutura se trata de um mercado perfeitamente competitivo, mas sim está acirrada

em sua mesoestrutura de empresas líderes e rivais (BRAGA, 1996, p. 120). As únicas duas nações que possuíam essas características não limítrofes da expansão do capital e da formação de um Estado Nacional hegemônico a todos os continentes foram as potências anglo-saxônicas. A Inglaterra que se destacaria no século XIX e os Estados Unidos na segunda metade do século XX (após o Acordo de Bretton Woods e sua vitória na Segunda Guerra Mundial) (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 112; ANDERSON, 2015, p. 20).

A formação de um capitalismo moderno é observável especialmente com as características diferenciadas dentro de um processo de produção e históricos, principalmente no que tange a formação da economia norte-americana e as Guerras das Grandes Potências europeias (FIORI et al, 2004, p. 67). Trata-se de um produto da *Pax Brittanica*, que, a partir de um certo momento, remodela-o. Definitivamente, caracteriza-se por um acontecimento que altera o *status quo*, afinal, consiste no primeiro Estado Nacional formado fora da Europa continental. Destarte, não se identifica como uma extensão do capitalismo europeu. Este é um processo endógeno de formação e expansão do *modern capitalism* – ao qual não se caracteriza também como um “estágio superior” monopolista, advinda de uma fase concorrencial, mas sim da lógica intrincada do modo de produção – que advém muito antes da mudança de centros. Consolida-se na formação e estruturação do Estado Nacional norte-americano, ou seja, da consolidação de uma força industrial e financeira (além da expressão *modern capitalism*, se materializa concomitantemente a origem dos “barões ladrões”) (TEIXEIRA, 2012, p. 157). Esta contém suas especificidades no qual consta, primordialmente, o *networking* daquilo que Hiferding chama de *Finance Capital* (HILFERDING, 1985, p. 221), ou seja, uma tendência histórica na qual se observa a formação de associações monopolistas, como cartéis e trustes (Ibidem, 1985, p. 221) das grandes empresas, indústrias e do capital financeiro, obtendo assim os lucros extraordinários e dominando o processo de produção de uma sociedade.

Durante o século XIX, os Estados Unidos, além de construir a maior economia industrial global, haveriam construído quatro importantes sustentáculos aos quais seriam importantes posteriormente no que tange o cenário internacional pós Segunda Guerra. Seriam estas: (i) inserção na divisão internacional do trabalho, que foi posto

pelos britânicos; (ii) um sistema financeiro “desregulado”; (iii) protecionismo; e (iv) os privilégios concedidos a à classe dominante pelo Estado Nacional, ou melhor, uma plutocracia desenfreada no que tange o poder político dos interesses privados (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 114-115). Estes pontos se contradizem claramente com o caráter “liberal” dos EUA. Esta *raison d’être* do liberalismo, na realidade, estaria atrelada à sua constituição. A aparição constante do liberalismo nos debates políticos dos EUA, mais especificamente, na decisão de políticas econômicas, sociais, da constituição de um poder judiciário e a independência dos Estados com o Estado Federal seriam as peculiaridades as quais se relacionariam com esta categorização. Trata-se de uma sociedade desenvolvida pelo individualismo, pelos consumidores, com um Estado que possui como objetivo a proteção da “liberdade” deles.

Apesar da construção de uma força industrial, que se tornou a maior do mundo ainda no final do século XIX, desde a Guerra de Secessão até o começo do século XX era comum a incidência de sucessivas bolhas financeiras e episódios de deflação de preços esporádicas na economia norte-americana (KINDLEBERGER; ALIBER, 2005; LANDES, 1969, p. 231). Entretanto, estas bolhas financeiras foram importantes para os processos de centralização de capital (AGLIETTA, 2015), mais especificamente consolidando aquilo que se identifica como “capitalismo trustificado”. Essas transformações observadas descrevem aquilo que Hobson qualifica como “capitalismo moderno” (HOBSON, 1983), a partir do nascimento de uma grande corporação que se constituem a partir de bases nacionais que, posteriormente, se estende internacionalmente (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 115).

Assim, extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital. tal aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade; como poder que surge diretamente da propriedade dos meios de produção, das riquezas naturais e de todo o trabalho passado acumulado, e a disponibilidade do trabalho vivo aparece como nascida diretamente das relações de propriedade. Ao mesmo tempo, a propriedade, concentrada e centralizada nas mãos de algumas associações de capital maiores, aparece como diretamente oposta à grande massa de despojados (HIFERDING, 1985, p. 227).

Portanto, a estrutura para a internacionalização do capital se dá a partir da constituição de uma grande corporação capitalista (HOBSON, 1983) que, em um certo estado de organização industrial e estágio tecnológico, domina, concomitantemente

com a *haute finance*, os mecanismos de expansão da produção capitalista e, mais que isso, concatena a ação dos capitais mercantil, industrial e financeiro em uma só força protegida desde a formação do Estado Nacional norte-americano (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 115-116).

Estas características de nações-potências foram capazes a partir da formação de um *truste* entre o poder político-militar e do capital financeiro. Acompanhado desta união de dois polos para a formação de um Estado Nacional hegemônico, há também o fato de possuírem um instrumento essencial ao qual se sustentavam, sendo este a emissão de uma moeda de uso internacional que domina as três funções da moeda (unidade de conta, reserva de valor e meio de troca) a níveis globais, exprimindo o seu poder político e de seu capital financeiro (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 112). Por outro lado, além da formação de uma praça financeira que, *a priori*, observa-se uma desregulamentação generalizada, visto que refluíram várias bolhas financeiras durante a formação do capitalismo moderno - como a bolha de Mississippi em 1720, ou a bolha de preços dos ativos financeiros no final do segundo decênio do século XX (KINDLEBERGER; ALIBER, 2005, p. 9) -, há também uma formação de uma indústria pesada das quais são exclusivamente constituídas de fábricas, focada na produção em grande escala e com retornos crescentes de escala, como a indústria de fabricação de implementos agrícolas que caracteriza a indústria mecanizada americana<sup>15</sup>.

Londres ocupou um espaço importante por mais de um século de principal praça financeira do Sistema Monetário Financeiro Internacional e pela emissão da moeda reserva com maior importância – dentre a maior parte das liquidações internacionais e da emissão de dívidas dos governos e empresas dos outros países. Assim, os países adotaram o regime monometálico inglês, e de uma forma não coercitiva, mas sim, em todos os casos, foi uma decisão unilateral (FILHO, 2019, p. 626-627). A *city* de Londres, como principal mercado de títulos e de instrumentos de crédito privado, faziam que a unidade de contas destes papéis fossem a libra esterlina. Considerava-se o “centro natural” destas operações, provendo serviços financeiros ao

---

<sup>15</sup> Ver Hobson (1983, p. 127-128), onde comenta acerca do acréscimo de capital e do número de operários nestas fábricas e sua superioridade ao que chama de *sweated labour*.

mundo de forma eficiente e barata. Importante dizer que não fazia com que o ouro perdesse o papel de reserva internacional (Ibidem, 2019, p. 627-628).

A Primeira Guerra teve um papel importante de consolidação da tecnologia e da nova divisão internacional do trabalho, desenvolvido a partir da Segunda Revolução Industrial, nos esforços de guerra. Representou, portanto, um salto no poder bélico-industrial, não apenas no americano, que se consolidará como economia industrial mais poderosa ainda no final do século XIX, mas também dos “tardios”, como, por exemplo, a Alemanha que neste momento estava em direção de uma nova indústria química, novas fontes energéticas, da expansão da metalurgia e da indústria mecânica e de transportes (LANDES, 1969, p. 276). Este período de esforços de guerra comprometeu toda a “ordem” da economia liberal, do mercado autorregulador, para um modelo que centraliza as decisões produtivas no Estado Nacional e o abandono da conversibilidade do padrão-ouro libra.

Entretanto, há grandes vicissitudes entre a constituição do dólar como moeda de uso internacional e o fim do padrão ouro-libra. Não seria uma simples “mudança”, “uma passagem de bastão”. A formação de uma nova ordem mundial seria constituída pelos EUA, com o propósito de tornar-se hegemônico perante os outros países no cenário internacional e possuir poder monetário estrutural ao qual decidisse a ordem do comércio global e da internacionalização dos capitais, só veio a ser realidade após a Segunda Guerra Mundial. Esse período pós-guerra de subordinação das nações às instituições supranacionais criadas em Bretton Woods – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o GATT - significou o fim da ordem liberal e o fim do sistema colonial do Império britânico (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 124-125). Os norte-americanos viram a Segunda Guerra como oportunidade para consagração de sua moeda como principal instrumento para um novo sistema que gostariam de implementar. Wall Street passaria a ser um competidor da *City* londrina, e o dólar, a partir da Primeira Guerra, passaria a ser uma das moedas relevantes do Sistema Monetário Financeiro Internacional, graças aos esforços comuns dos bancos americanos e da criação do *Federal Reserve* (FILHO, 2019, p. 629). Além disso, uma consequência importante observada com o fim da Primeira Guerra foi a nacionalização do sistema monetário mundial (GILPIN, 2002, p. 149)

Os arranjos monetários observados nos entreguerras foram notavelmente caracterizados por seu fraco desempenho. Na década de 20, com as experiências passadas de taxas flutuantes devido ao abandono do sistema de taxas de câmbio fixas para proteção das reservas de ouro e para facilitação da movimentação de recursos durante a guerra (Ibidem, 2002, p. 149), criou-se uma certa aversão à flutuação cambial, justificado pela ausência de regras monetárias robustas (FILHO, 2016, p. 63). O caos sistêmico financeiro estabelecido quebrava resistências ao comprometimento fiscal e a inflação alta enfraquecia a independência do Banco Central. Desta forma, na metade da década de 20, foi restabelecido o padrão ouro. Mesmo assim, continuou-se as taxas de desemprego altíssimas, e a influência política nas políticas monetárias (devido, primordialmente, a pressão trabalhista das altas taxas de juros que causaram o desemprego) (Ibidem, 2016, p. 63). A volta do padrão-ouro em 1925, fixando o valor da libra esterlina em ouro e adotando uma paridade altíssima fez com que a Grã-Bretanha paralisasse seu crescimento econômico e se observou um período com caráter recessivo, que mobilizou a classe trabalhadora devido às dificuldades enfrentadas (GILPIN, 2002, p. 151). De acordo com Keynes (KEYNES, 2002), o governo britânico haveria subordinado o bem-estar da população vis a vis para manter a importância da libra esterlina como moeda de uso internacional. Seu declínio industrial observado durante este período, os custos da guerra fazem uma mudança importante na economia-mundo. Trata-se do colapso de uma de uma liderança econômica (KINDLEBERGER, 1973) que diminuiria o poder que a *City* londrina possuía como principal praça financeira global e o colapso da hegemonia do capital comercial da Grã-Bretanha. Houve também, na década de 30, o regime de câmbio flutuante administrada, que não satisfazia os pré-requisitos necessários para um sistema monetário internacional estável. Os governos modificavam as regras de política econômica e seu grau de comprometimento com as taxas de câmbio, levando ao capital especulativo se movimentar de forma desestabilizadora. Houve o Acordo Tripartite em 1936, entretanto o Sistema Monetário Financeiro Internacional se estabilizaria só após a Segunda Guerra com o Sistema de Bretton Woods (EICHENGREEN, 2016, p. 64).

Com isso, em uma análise mais profunda no que tange a Economia Política Internacional, o dólar absorve um papel importante (GILPIN, 2002, p. 151) –

principalmente com o advento Acordo de Bretton Woods em 1944 – de moeda de conta internacional, ou seja, instaura-se esta como principal determinante nas transações financeiras internacionais, e, por outro lado, como principal moeda das divisas internacionais do mundo. Desta forma, “tanto sua dívida pública quanto o movimento de mercadorias e de capitais no mercado internacional estavam denominadas na sua moeda nacional” (TAVARES; BELLUZZO, 2004, p. 112). Esta peculiaridade determina sua condição imperial perante outras nações, já que estas outras estão limitadas pela lógica do dólar. Assim, o efeito das empresas transnacionais na sociedade norte-americana e suas filiais no Sul Global são efeitos comuns que caracterizam os espaços econômicos e as particularidades de seu funcionamento em economias desenvolvidas em desenvolvimento (FAJNZYLBBER, 1976).

A conferência teve o objetivo primordial de restabelecimento das três precondições estabelecidas por Eichengreen (capacidade de ajustamento dos preços relativos, adesão de todos os participantes a regras monetárias robustas e habilidades para conter pressões de mercado) para viabilizar um sistema monetário financeiro internacional estável (EICHENGREEN, 2016, p. 64). Criou-se uma cláusula de escape para garantia de ajustes dos preços relativos. Exigia-se dos signatários do acordo a declaração de valor da paridade de suas moedas (definidos em termos do conteúdo-ouro e dólar americano, a partir de 01/07/1944, com margem máxima de 1%). Apesar disto, permitia-se alterações na paridade na ocorrência de quaisquer desequilíbrios. Para desvalorização das moedas dos países, necessitava-se da concordância do FMI. Se não tivesse algum acordo, os recursos do Fundo eram bloqueados ao país. A única variação não autorizada da taxa de câmbio pelo FMI foi o da França em 1948 (Ibidem, 2016, p. 64).

“A relutância em recorrer a variações da taxa de câmbio não garantiu que os fluxos de capital tivessem sempre um caráter estabilizante. Isto refletia a limitada robustez das regras políticas vigentes.” (Ibidem, 2016, p. 65).

Desta forma, coloca-se em debate que, a solidez das regras monetárias do Bretton Woods era menor comparado ao padrão ouro. Isto acontece pela divergência entre o compromisso dos *policy makers* em estabilizar a taxa de câmbio e os preços e, de outro lado, a redução de desemprego e a restrição do ciclo de negócios por meio

de uma política econômica discricionária. Entretanto, apesar da limitação da robustez das regras monetárias, ainda era superior aos anos 20 e 30, e aos anos seguintes da quebra de Bretton Woods na década de 70 (Ibidem, 2016, p. 65).

As medidas para conter pressões de mercado foi uma das mudanças mais importantes do Acordo de Bretton Woods. O FMI é um exemplo disso Trata-se de uma instituição estabilizadora, com o objetivo de defender as moedas em situação de fragilidade. Se os países tivessem algum problema no Balanço de Pagamentos, os países recorriam à parcela inicial de suas quotas no FMI (sem quaisquer restrições), e tomar empréstimos com algumas condições impostas pela instituição. Foram introduzidos nos anos 50 os *standby*, dando alguma assistência financeira aos países antes de quaisquer dificuldades (Ibidem, 2016, p. 65). Em 1961, os países integrantes assinaram o Acordo de Basileia, no qual comprometia aos países a defender as demais moedas e a participar de empréstimos recíprocos. Em 1962, houve swaps para fornecimento de linhas de crédito adicionais. Conjuntamente, criou-se o Acordo Geral para Empréstimos, os Direitos Especiais de Saque e outros dispositivos de ampliação de recursos para os Bancos Centrais com algum problema. Nestes termos, a cooperação internacional ampliou, diferenciando o Bretton Woods dos sistemas monetários financeiros internacionais anteriores (Ibidem, 2016, p. 66).

Outra medida importante para a contenção de ataques especulativos no mundo foi a manutenção dos controles de capitais pelo mundo. Com o acordo, foi mantido variados tipos de controle acerca do capital financeiro (capital de curto prazo). O custo era elevado e os *policy makers* tinham uma margem de tempo para realizar os devidos ajustes, antes de qualquer colapso na taxa de câmbio (Ibidem, 2016, p. 66).

Analisando agora a produção industrial durante este período, identifica-se que este foi um determinante para o crescimento. As economias avançadas, a partir do pós-guerra, duplicam o seu crescimento industrial em comparação à primeira metade do século (FAJNZYLBBER, 1983, p. 19), modificando assim as relações de produção incumbidas diante a lógica de produção capitalista. A níveis mundiais, o crescimento médio do produto interno bruto por ano foi de 4,9%, durante 1950 até 1977. Observando o setor industrial global, se verificaria um crescimento médio de 5,9% por ano, durante o mesmo período. Estreitando a análise para os EUA, observa-se um

crescimento industrial *pari passu* ao crescimento do PIB, em 3,6%. Já a Europa Ocidental crescia 5,2% sua força industrial, e o Japão 12.7% (Ibidem, 1983, p. 22).

Entretanto, o acordo de Bretton Woods trouxe uma intenção visível que seria retirar os prestamistas usurários do sistema financeiro internacional para mover do centro financeiro da *city* de Londres para Wall Street, criando um contexto de finanças internacionais, desintegrando os sistemas financeiros internacionais sujeitando-as às autoridades locais (FILHO, 2019, p. 632). O poder monetário estrutural americano voltaria a se manifestar como hegemônico a partir da mudança da paridade de dólar fixo para dólar flexível em 1971, suspendendo a sua conversibilidade em ouro, descumprindo os Acordos Bretton Woods. Essa medida foi devido à maciço ataque especulativo que o dólar passava. De fato, o aumento da liquidez e falta de confiança dos mercados na conversibilidade dos EUA de sua moeda em ouro geraram fortes ondas especulativas. Desta forma, com a flexibilidade do câmbio levou ao sistema monetário financeiro internacional alterar. A instabilidade passou a ser ganhada através dos livres fluxos de capitais. A intermediação bancária deu lugar à securitização dos ativos (EICHENGREEN, 2012). Seria o início da “retomada da hegemonia americana” (Ibidem, 2019, p. 633-634).

The two developments that dominated the international financial world in the last decade were the decline of the Bretton Woods monetary institutions and the phenomenal growth of the private money markets. Today's international financial system is largely a private system with only marginal official participation (MOFFITT, 1983, p. 71).

O processo de expansão capitalista no mundo, com a instauração da nova ordem mundial com o Acordo de Bretton Woods, alteraria, além dos esquemas de poder diante a hegemonia dos norte-americanos, também a divisão internacional do trabalho e o esquema centro-periferia, a partir do momento que os fluxos comerciais entre países se caracterizariam pelo comércio entre matrizes e filiais, ou seja, pela expansão da grande empresa da América do Norte para o Sul Global e a Ásia. Este processo de alteração da divisão internacional do trabalho torna os EUA deficitária comercialmente no cenário internacional e, mais que isso, se vê obrigado a ampliar seu espaço para as grandes corporações a partir da abertura comercial (TAVARES; BELLUZO, 2004, p. 125). O que se observa neste momento é a estabelecimento de empresas multinacionais americanas, que apresentam três aspectos importantes para seu

entendimento: os movimentos de capital internacional, ou seja, o movimento de recursos (investimento direto) das grandes empresas para as suas subsidiárias e filiais no exterior e seu caráter super estruturador – podendo ser tanto de longo, quanto de curto prazo – ao qual serviu de base para captação de capitais no mundo todo; o processo de produção capitalista internacional, ou seja, a implementação de uma mão-de-obra estrangeiro à um padrão empresarial multilateral; e a hegemonia internacional (HYMER, 1983, p. 95-96).

Após o colapso de Bretton Woods, a gestão do sistema monetário internacional oscilou entre esforços unilaterais para a estabilização das moedas e por tentativas de cooperação *ad hoc* (EICHENGREEN, 2016, p. 67). A partir de 1971, com o fim da conversibilidade ouro-dólar sobre a gestão do presidente Nixon, observaram algumas consequências que vilipendiaram o sistema monetário financeiro internacional, e o desenvolvimento econômico dos países. A introdução de taxas flutuantes em 1973, após a tentativa de manter o padrão dólar pelo Acordo Smithsonian, desvalorizou o dólar devido à diminuição de demanda pela sua moeda no cenário internacional – já que havia perdido sua credibilidade de manter a conversibilidade – e, mais que isso, o funcionalismo de sua moeda como reserva de valor, unidade de conta e medida de valor internacional haveria entrado em colapso, levando a tentativas de sua substituição por *Special Drawing Right* (SDR), que se caracteriza por ser um ativo de reserva internacional suplementar, lastreados em uma cesta de moedas. São significativas outras três iniciativas pós-Bretton Woods no que tange os pré-requisitos para a estabilidade de um arranjo monetário internacional. A primeira tentativa malsucedida é a de estabilização das taxas de câmbio europeias no final do Bretton Woods, criando-se o Acesso ao Financiamento de Curtíssimo Prazo (VSTF) para auxílio de países membros da Comunidade Econômica Europeia. Uma segunda iniciativa notável foram os Acordos de Plaza e do Louvre em meados dos anos 80, na qual colocavam as paridades que se encontravam no topo da pirâmide das moedas de uso internacional – o dólar, marco e iene - flutuando livremente na primeira metade da década de 80. E a terceira e a única reforma internacional que seria importante e bem-sucedida foi o fortalecimento do Sistema Monetário Europeu pós-1979 (Ibidem, 2016, p. 67-68).

A própria política econômica é um claro exemplo disso. Grosso modo, até 1930, a política monetária era o apoio, por excelência, do qual

dependiam as políticas cambiais e de financiamento. Nessa época, simplificando ao máximo, se faltava crédito, era uma consequência da escassez do dinheiro (em razão dos fluxos do ouro, da recessão econômica etc.). Na atualidade, a “escassez de dinheiro”, fruto do comportamento da economia em seu conjunto, não provoca necessariamente uma asfixia de crédito. Pelo contrário, pode coincidir com claras possibilidades (ainda que diferenciadas) de endividamento. Nesse sentido é que se pode afirmar que os mercados financeiros se movem atualmente com relativa independência com respeito à quantidade necessária de dinheiro para a circulação mercantil e de rendas e que, em troca, passam a depender crescentemente das necessidades originadas na circulação, concentração e centralização do capital-dinheiro, propriamente dito (LICHTENSZTEJN, 1953, p. 158).

Entretanto, houve uma decisão do Federal Reserve na qual haveria revertido a situação ao qual o dólar passava, uma brutal desvalorização deste entre os países-membros do FMI e a possível perda de sua hegemonia perante outros padrões monetários internacionais. Em 1979, na última reunião do FMI, o Paul Volcker (presidente do FED da época) declarava que o dólar manteria como padrão monetário internacional aumentando a taxa de juros do país (TAVARES, 1985, p. 158), levando a prime rate a aproximadamente 20%. Esse ato afirmaria uma crise de liquidez mundial e custaria para a própria população norte-americana, levando a economia internacional e os EUA para uma recessão de três anos.

Por outro lado, ao manter uma política monetária dura e forçar uma supervalorização do dólar, o FED retomou na prática o controle do sistema bancário internacional e articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso. [...] Todos os países foram obrigados, nestas circunstâncias, a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e superávits comerciais crescentes, que esterilizam o seu potencial de crescimento endógeno e convertem seus déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica (Ibidem, 1985, p. 163).

Tais medidas, posteriormente, levariam aos países que estavam em detrimento devido as crises que ocorriam no mundo inteiro, à um certo padrão de política econômica, que se difundia na diminuição do papel do Estado na economia, na liberalização do fluxo de capitais internacionais e do mercado financeiro internacional. Mais que isso, supunha propostas como a disciplina fiscal, impostos regressivos, a decisão da taxa de juros a partir da regra de Taylor (metas inflacionárias), privatizações de empresas, desregulamentação de contratos trabalhistas, flexibilizando o mercado de força de trabalho e a defesa da propriedade privada massiva (WILLIAMSON, 2000).

Destarte, há uma mutação na riqueza capitalista, que em detrimento do Consenso de Washington e da ruptura sistêmica causada a partir de 1979, alterou a lógica para uma acumulação de ativos financeiros, ampliando a forma generalizada e ultrafetichista do capital e do capitalismo. Acentuaram-se também a estratificação de rendas, ou seja, a distribuição de renda e o crescimento dos países.

### **3.2. O *homo oeconomicus* neoliberal**

A partir desta mudança estrutural, tanto no âmbito da Economia Internacional, ou seja, na dominância dos Estados Unidos perante outros países a partir uma lógica de acumulação capitalistas a nível global e de um “capitalismo trustificado”, impondo que estes outros sejam obrigados a aplicar uma política macroeconômica específica; quanto na estrutura do poderio monetário, na ascensão do dólar como padrão monetário internacional – como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor global -, verifica-se também uma certa mudança paradigmática no pensamento econômico na qual, concomitantemente, altera a lógica epistemológica da teoria, impondo uma forma coercitiva de pensar a sociedade e os indivíduos dentro da lógica econômica.

Até o começo do século XX, a racionalidade econômica estaria fundada nos sustentáculos da ordem liberal mundial e, portanto, em uma manifestação de uma filosofia da ciência, na qual possui como seus axiomas a fundamentação da teoria na quantificação, na lógica matemática e em um sistema de fluxos fechado que, na economia, se estrutura a partir de um equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores (MIGLIOLI, 1982, p. 9). Trata-se de um esquema dicotomizado entre dois entes, ou melhor, dois agentes econômicos, sendo estes: (i) as firmas; e (ii) as famílias. E os fluxos, tanto em termos monetários, quanto em termos reais (mercadorias) “se formam, se distribuem e se consomem, quando não sozinhas, pelo menos de uma maneira algo independente da vontade do homem” (WALRAS, 1996, p. 33).

Refere-se, portanto, a partir de um modo de pensar metateórico na qual circunscreve uma determinada reflexão na esfera material da vida humana e, além disso, encontra-se em um debate da fenomenologia dos fatos econômicos, implicando em uma particularidade da natureza humana: a busca e acúmulo de riquezas (PAULANI, 2005, p. 46-47). Vale a afirmação que, foi criada uma ciência social na qual possui

seus moldes na metodologia das ciências naturais, com uma base axiomática, ou seja, detém leis irrefutáveis, com uma ciência dedutível e abstrata (Ibidem, 2005, p. 51).

Certamente não devemos abandonar a evidência das experiências devido a sonhos e a ficções vãs de nossa própria criação, nem devemos nos afastar da analogia da Natureza, que tem o costume de ser simples e sempre consoante a si própria. Só conhecemos a extensão dos corpos por meio de nossos sentidos, mas estes não percebem a extensão em todos os corpos, mas como percebemos a extensão em todos os corpos que são perceptíveis, então também a atribuímos universalmente a todos os outros.” (NEWTON, 2012, p. 186)

O neoliberalismo, antes de quaisquer características acerca deste, advém primeiramente como a estruturação de uma nova racionalidade. Quando colocado este termo, refere-se primordialmente das ações dos governantes, ou de um Estado que possui um “efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (FOUCAULT, 2022, p. 100), que, entretanto, também se fundamenta na mudança da psiquê dos governados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Destarte, o neoliberalismo se define a partir de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que definem a ação do governo dos homens e da lógica epistemológica inserida a partir de um modelo universalizante da concorrência definido por um determinado poder (Ibidem, 2016, p. 17; DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 2). Destarte, não apenas se verifica uma mudança nesse conjunto de matérias determinantes de um poder, mas também de uma sociedade que, até certo ponto, tinha como objetivo a criação de “sujeitos da obediência” (HAN, 2015, p. 14), ou seja, com o objetivo de:

*“[...] punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação.”* (BENTHAM, 2008, p. 19)

Esta sociedade que possuía como objetivo a criação de corpos dóceis para o processo de produção coercitivo, violento, que agia com atos gerenciais e administrativos impetuosos, ou seja, que se utilizava de instrumentos panópticos de poder para a dominação dos corpos e, mais que isto, impõem estes acerca de uma lógica na qual está incumbido a constância de uma certa intensidade do trabalho, inserido em uma determinada jornada de trabalho que se sobrepunha a partir da acumulação capitalista e o desejo à mercadoria, mais especificamente ao capital-dinheiro. Este processo, na

realidade, se estende internacionalmente a partir da hegemonia a potência norte-americana, devido a transnacionalização da grande indústria, e mais que isso, de um certo padrão no processo de produção. Destarte, a criação de “corpos dóceis” incide no modo de produção capitalista, e no processo de produção de mercadorias, um processo peculiar, no qual é caracterizado pela negatividade, pela proibição e pelo poder coercitivo. Estes atos gerenciais caracterizados pelo aumento da intensidade do trabalho e da expropriação de uma mais-valia absoluta, seriam entendidos como princípios “científicos”, observado no processo de produção de uma fábrica. Não se trata de encontrar o trabalhador “mais inteligente”, ou “mecanicamente educado”, mas sim de um ser obediente (TAYLOR, 1995, p. 46).

Apenas era um homem do tipo bovino – espécime difícil de encontrar e, assim, muito valorizado. Era tão estúpido quanto incapaz de realizar a maior parte dos trabalhos pesados. A seleção, então, não consistiu em achar homens extraordinários, mas simplesmente em escolher entre homens comuns os poucos especialmente apropriados para o tipo de trabalho em vista (Ibidem, 1995, p. 55)

Contudo, desde o século XVIII até o século XX, a racionalidade que estava instaurada no pensamento econômico seria o jogo de equilíbrio entre ofertantes e demandantes no mercado, no qual, neste modelo dicotomizado, se encontrava a maximização das utilidades dos dois agentes econômicos, ou seja, maximizando os interesses individuais, e estes garantiam o bem-estar da sociedade (BELOQUE, 2023, p. 17). Este *homo oeconomicus* liberal, movido pelos interesses pessoais, é, na realidade, conduzido por um ente onisciente e onipresente, ou seja, “o resto de um pensamento teológico da ordem natural” (FOUCAULT, 2022, p. 369), que determina as relações humanas capitalistas, portanto, as relações de troca. Essa mão invisível determina o comportamento humano e conduz as forças de mercado, vinculando os interesses pessoais e coletivos, desta forma atingia-se a legitimidade do egoísmo sem a infringência do direito natural de outro, isto é, sempre estaria a noção de complacência e de *sympathy*<sup>16</sup> nesta racionalidade (SMITH, 2015).

---

<sup>16</sup> A noção de **simpatia** e **compaixão** em Smith é um sentimento moral importante para esclarecer quando se comenta acerca da mão invisível. Essa noção é descrita no primeiro capítulo da *Teoria dos Sentimentos Morais* por Smith:

Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade. (Ibidem, 1996, p. 77)

A ascensão do neoliberalismo traz consigo outra maneira de ser, outorga-se o *homo oeconomicus* neoliberal, ou melhor, o “empresário de si mesmo”, um ente que possui suas especificidades e detém de seu próprio capital – podendo este ser expresso tanto em termos monetários (incluindo o salário, ao qual se transforma como uma mera remuneração, entrando em contradição com o modo e processo de produção capitalista), quanto as capacidades desenvolvidas pelo ser ao longo da vida. O significado de *capital* se transmuta conjuntamente, não se trata mais de uma categoria histórica que é caracterizado pelas relações sociais de determinada época. Torna-se uma categoria abstrata que se abstém das especificidades históricas de um determinado modo de produção e da lógica da acumulação capitalista (de valorização do capital e de acúmulo de mercadorias), caracterizando-se pelas características inatas do ser humano<sup>17</sup>, coligadas às suas habilidades naturais, gostos etc., e das adquiridas ao longo da vida, como a educação familiar e escolar, experiência etc. (FOUCAULT, 2022, p. 304).

Com efeito, no regime neoliberal não existe um proletariado ou uma classe trabalhadora que seria explorada pelo proprietário dos meios de produção. Na produção imaterial, de um jeito ou de outro, cada um possui seu próprio meio de produção. O sistema neoliberal não é mais um sistema de classes em sentido estrito. Ele não se constitui por estratos antagônicos da sociedade.” (HAN, 2018, p. 15)

---

“Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso se não o prazer de assistir a ela. Dessa espécie é a  **piedade**, ou  **compaixão**, emoção que sentimos ante a desgraça dos outros, quer quando a vemos, quer quando somos levados a imaginá-la de modo muito vivo. É fato obvio demais para precisar ser comprovado, que frequentemente ficamos tristes com a tristeza alheia; pois esse sentimento, bem como todas as outras paixões originais da natureza humana, de modo algum se limita aos virtuosos e humanitários, embora estes talvez a sintam com uma sensibilidade mais delicada. O maior rufião, o mais empedernido infrator das leis da sociedade, não é totalmente desprovido desse sentimento.” (SMITH, 2015, p. 5)

<sup>17</sup> De acordo com Schultz, “Ao **investirem em si mesmas**, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à sua disposição. Esta é uma das maneiras porque os homens livres podem aumentar o seu bem-estar.” (SCHULTZ, 1973, p. 33, grifo nosso).

Conjuntamente com essa mudança na racionalidade humana a partir da ascensão do neoliberalismo, observa-se que este novo “homem empreendedor”, um sujeito produtivo, advindo da sociedade industrial, um homem do cálculo ao qual exerce o esforço de maximizar “os prazeres e as dores requeridos pela existência de relações de interesse entre os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326), contribuem para fabricação de um “sujeito unitário”. Trata-se da criação e dominação de um ser cuja subjetividade está relacionada com a atividade que se exija que ele cumpra, diferentemente da sociedade disciplinar (Ibidem, 2016, p. 327). O sujeito unitário se caracteriza como um sujeito em si mesmo e voltado a si mesmo, na qual tem sua realização plenamente em ser um “colaborador”. O novo efeito procurado pelos exploradores seria justamente a eliminação de quaisquer sentimentos referentes à *alienação* do trabalho e distância entre empregado-empregador – considerando-o como parte de uma “família” e uma “empresa pessoal” (Ibidem, 2016, p. 327).

As novas técnicas da “empresa pessoal” chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo ‘lacaniano’: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. A construção de figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso. Mas é isso sobretudo que se consegue obter com as técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo. (Ibidem, 2016, p. 327-328).

## Conclusão

O fim da *Pax Brittanica*, da hegemonia industrial inglesa no mundo e do fim do *sterling pound* de moeda com importância no comércio internacional trouxe também o fim de uma epistemologia a qual se desenhou durante o período da Europa Ocidental - tanto a Península Ibérica, quando o Mediterrâneo - como epicentro no mundo, na qual tinha seus postulados bases como sustentáculo de uma Ordem Liberal Mundial. Se observava o fim do *laissez-faire*, do mercado autorregulador, do padrão ouro-libra e Estado liberal inglês. Por outro lado, a desenvoltura da filosofia da ciência se mantinha de forma que reinavam a ciência da natureza e a lógica matemática como padrões de metodologia de investigação científica, também observada no desenvolvimento da Ciência Econômica a partir de Ricardo e, posteriormente, os utilitaristas e marginalistas

Entretanto, por outro lado, vinha, por várias outras condições, se criando a *Pax Americana*, que continha características específicas para a hegemonia dos Estados Unidos no poder mundial por um sistema de competição interestatal. Surge uma lógica do modo de produção capitalista na qual adquire uma forma específica na trajetória de formação de um Estado Nacional norte-americano, seria este o *modern capitalism*. Desta forma, ainda no final do século XIX se tornará maior potência industrial global conjuntamente com o Japão e com a Alemanha. A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA em 1944, com a ascensão do Acordo de Bretton Woods, demarcam seu posto como hegemônicos e manteriam uma certa ordem mundial.

Com a crise de Bretton Woods e o fim do padrão dólar-ouro, criam-se adversidades às quais diminuiriam a credibilidade dos dólares como moeda de uso internacional e os Estados Unidos como potência ordenadora internacional. Com o choque de juros em 1979 realizada pelo Paul Volcker, presidente do *Federal Reserve*, e o valorização maciça do dólar perante outras moedas, demarcam a retomada da hegemonia norte-americana (TAVARES, 1985) e, conjuntamente, cria-se o Consenso de Washington, no qual altera significativamente a lógica da racionalidade econômica, instaurando uma nova ordem mundial, tanto nas políticas macroeconômicas, quanto na psiquê dos seres humanos: o neoliberalismo. Esta mudança possuiria consequências nas quais alterariam veementemente as relações sociais e o próprio processo de

produção, instaurando um “sujeito unitário”, um “homem empreendedor” ou, mais especificamente, o *homo oeconomicus* neoliberal. Este detém de características que determinam, tanto sua subjetividade, tornando-se um colaborador em uma empresa, dono de seu próprio capital, quanto a forma de sua dominação, não coercitiva, nem da negatividade e da violência dos instrumentos panópticos de controle, mas sim pela positividade, pela volta a si mesmo e pelos interesses puramente individuais.

## Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. Londres: Verso, 2015.
- ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BELLUZZO, L. G. M. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.
- BELOQUE, L. D. *Constituição do ser neoliberal*. Pesquisa & Debate Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia Política, [S. l.], v. 35, n. 2(64), 2023.
- BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BIANCHI, A. M. *A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith*. Editora Hucitech: São Paulo, 1988.
- BRAGA, J. C. S. *Economia Política da Dinâmica Capitalista (Observações para uma Proposta de Organização Teórica)*. São Paulo: Estudos Econômicos, Vol. 26, N. Especial, p. 83-133, 1996.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: O tempo do mundo, volume 3*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1977.
- BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. *Sobre a filosofia moral de Adam Smith*. Síntese – Revista de Filosofia. V. 35 (111): 57-86. 2008.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. 1990. Tese (Livre Docência) – Departamento de Teoria Econômica, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural S.A., 1983.

- \_\_\_\_\_. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença LTD., 1977.
- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. *Neoliberalismo – Neo-imperialismo*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 16, n. 1 (29), p. 1–19, 2007.
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital: história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- \_\_\_\_\_. *História e reforma do sistema monetário internacional*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 53–78, 2016.
- FAJNZYLBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. 1 ed. Editorial Nueva Imagen, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Oligopolio, empresas transnacionales y estilos de desarrollo*. El Trimestre Económico, Vol. 43, No. 171(3), 1976.
- FILHO, E. T. T. *Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível*. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 28, n. 3, p. 621–639, 2019.
- FIORI, J. L et al. *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Edição Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GILPIN, R. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- HAN, B. C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. 10 ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade do cansaço*. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. E-book.
- HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.
- \_\_\_\_\_. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Edição Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- HUSSON, M. *Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital*. In: BRUNHOFF, S., et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- KINDLEBERGER, C. P.; ALIBER R. Z. *Manias, Panics and Crashes: a history of financial crises*. 5 ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons Inc, 2005.
- KINDLEBERGER, C. P. *The World Depression, 1929-1939*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- LANDES, D. S. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Riqueza e a pobreza das nações: porque algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The unbound Prometheus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- LICHTENSZTEJN, S. *A crise financeira internacional: condições e implicações*. Brazilian Journal of Political Economy, vol. 03, nº 2 (10), 1983.
- \_\_\_\_\_. *Fundo Monetário Internacional & Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MARX, K. *O capital: Crítica da economia política: Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O capital: Crítica da economia política: Livro 1*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- \_\_\_\_\_. *O capital: Crítica da economia política: Livro 3*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Salário, preço e lucro*. The Marxists Internet Archive, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000077.pdf>>. Acesso em: 1 de junho de 2024.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. 1 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

- MOFFITT, M. *The world's money: international banking from Bretton Woods to the brink of insolvency*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1983.
- NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo e Marx*. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- NEWTON, Isaac. *Principia: princípios matemáticos de filosofia natural*. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- PAULANI, L. M. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- RICARDO, D. *Princípios da economia política e tributação*. Edição Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. 1 ed. São Paulo: Livraria e Editora Polis LTDA, 1987.
- SAITO, K. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e crítica inacabada à economia política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre a ciência*. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. São Paulo: Edipro, 2022.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Edição Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Edição Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Teoria dos sentimentos morais*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- SOMBART, W. *Der moderne Kapitalismus*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1902.
- STEINDL, J. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SWEEZY, P. M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- TAVARES, M. C.; BELLUZO, L. G. M. *A mundialização do capital e a expansão do poder americano*. In: FIORI, J. L., et al. *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

- TAVARES, M. C. *A retomada da hegemonia norte-americana*. Brazilian Journal of Political Economy 5 (2), 1985.
- \_\_\_\_\_. *Apresentação*. In: Hobson, J. A. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Edição Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Reestructuración industrial y políticas de ajuste macroeconómico en los centros (La modernización conservadora)*. Investigación Económica, Vol. 51, No. 199, 1992.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- TEIXEIRA, A. *Estados Unidos: a curta marcha para hegemonia*. In: FIORI, J. L, et al. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- TRIFFIN, R. *O sistema monetário internacional*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.
- WALLERSTEIN, I. M. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- \_\_\_\_\_. *The modern world-system IV: Centrist liberalism triumphant, 1789/1914*. California: University of California Press, 2011.
- WALRAS, L. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Edição Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- WILLIAMSON, J. *What should the World Bank think about the Washington Consensus?*. The World Bank Research Observer 15 (2), 2000.